

AS NOÇÕES DE CONVENIÊNCIA E APARÊNCIA COMO NOVIDADE ÉTICA EM MAQUIAVEL

Marcos Alexandre Alves ¹

Universidade Franciscana (UFN)

 <https://orcid.org/0000-0002-5271-0624>

E-mail: marcosalves@ufn.edu.br

RESUMO:

Examina-se as posições teórico-práticas de Maquiavel e sua contraposição à moralidade tradicional, a fim de entender como se estrutura a sua nova proposta ética. A novidade está pautada nas categorias políticas da conveniência e da aparência: admite-se recorrer a todos os meios necessários para atingir os fins estabelecidos, e para manter-se no poder, obter a honra e a glória, não importa aquilo que o Príncipe é, mas o que aparenta ser perante os súditos e aliados. Disto decorre a necessidade de um Príncipe com o pulso firme e que defenda, sem medir esforços, a integridade e o bem-estar seu povo. A moral do governante será dirigida pela situação política e não pelo ideal de governante universal, abstrato e perfeito. O poder político tem uma origem mundana, nasce da própria malignidade que é intrínseca à natureza humana, mas se constitui, ainda que de modo precário e transitório, como a única possibilidade de enfrentar o conflito. Enfim, cabe ao Príncipe a utilização de um conjunto de expedientes e técnicas capazes de assegurar a máxima eficácia na preservação do Estado e na conservação de sua suprema finalidade - ordem e harmonia.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Aparência; Conveniência; Virtú; Fortuna.

THE NOTIONS OF CONVENIENCE AND APPEARANCE AS ETHICAL NEWS IN MACHIAVELLI

ABSTRACT:

Machiavelli's theoretical-practical positions and their opposition to traditional morality are examined in order to understand how his new ethical proposal is structured. The novelty is based on the political categories of convenience and appearance: it is admitted to resort to all means necessary to achieve the established ends, and to remain in power, obtain honor and glory, no matter what the Prince is, but what appears to be before subjects and allies. Hence the need for a Prince with a firm hand and who defends, without measuring efforts, the integrity and well-being of his people. The ruler's morals will be guided by the political situation and not by the ideal of a universal, abstract and perfect ruler. Political power has a mundane origin, born of the very malignity that is intrinsic to human nature, but it constitutes itself, albeit in a precarious and transitory way, as the only possibility to face the conflict. Finally, it is up to the Prince to use a set of expedients and techniques capable of ensuring maximum effectiveness in preserving the State and preserving its supreme purpose - order and harmony.

KEYWORDS: Ethics; Appearance; Convenience; Virtue; Fortune.

¹ Doutor(a) em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas – RS, Brasil. Professor(a) da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria – RS, Brasil.



Introdução

Maquiavel que viveu e teve forte influência, no período moderno, e é tido por muitos como um pensador que rompeu com toda a tradição reinante, ou ainda, como o verdadeiro inaugurador do modernismo. O pensador destacou-se por defender ideias que se confrontavam com a ética religiosa. Na obra em questão, Maquiavel expressa nitidamente os seus sentimentos e desejos de ver uma Itália poderosa e unificada. Demonstra, também, a necessidade de um monarca com o pulso firme, que fosse um legítimo rei, e que defendesse seu povo sem escrúpulos e, principalmente, sem medir esforços. Um verdadeiro príncipe não deveria hesitar, mesmo que, diante da crueldade ou da trapaça, se o que estivesse em jogo fosse a integridade e o bem-estar do seu povo. Neste sentido, impõe-se a questão: que tipo de ética propõe Maquiavel?

Intenciona-se mostrar que Maquiavel não teria separado e emancipado a ética da política. O que fez foi afirmar que a moral do governante será dirigida pela situação política, não se constituindo como um ideal universal e abstrato. Não haveria, nesta perspectiva, o divórcio entre a ética e a política que muitos autores atribuem a Maquiavel. Vários séculos depois da morte do pensador uma série de questões abordadas fazem parte, ainda hoje, dos estudos daqueles que se dedicam a pesquisar e refletir sobre as suas ideias ético-políticas.

Político, historiador e escritor italiano, Nicolau Maquiavel, nasceu em Florença em 3 de maio de 1469 e morreu, na mesma cidade no dia 22 de junho de 1527. Desde 1468 foi Chanceler e depois Secretário das relações exteriores da República de Florença. Maquiavel desempenhou missão no exterior e em 1502 passou 5 meses como Embaixador junto a Cesare Borgia, cuja política energética e inescrupulosa lhe inspirou admiração. Na Itália reina, neste contexto, grande confusão e impera a tirania em pequenos principados governados despoticamente por casas reinantes sem a tradição dinástica ou de direitos contestáveis.

A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe no poder. Esmagar ou reduzir a impotência à oposição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituem o eixo da administração. Como o poder funda-se exclusivamente em atos de força, é previsível e natural que pela força seja deslocado deste para aquele senhor.

Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimam o soberano e ele tem de contar somente com sua energia criadora. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades têm capacidade para ocupar. É nesse panorama de crise econômica e política que Maquiavel viveu e desenvolveu o seu pensamento. Ele é considerado o fundador da moderna ciência política. Contrariou a visão política da Idade Média, trazendo uma nova maneira de entendê-la, e uma formação de Estado que não se centrava em ideias, mas sim em um Estado possível de ser realizado. Seu grande desejo era ver uma Itália unificada, que só acontece no século XIX. Ora, em relação à história do pensamento ocidental, no tocante à política, quais os objetivos do Renascimento?

Uma das inúmeras tendências do Renascimento foi a secularização da consciência, ou seja, o processo pelo qual a maior parte das explicações teóricas desvinculam-se das teses religiosas. O homem renascentista confia na razão e na capacidade humana de agir com autonomia, por isso busca explicações racionais baseadas nas experiências e observações, e não no testemunho da fé. Maquiavel torna a política autônoma, com linguagem e método próprio de pesquisa, que privilegia a reflexão laica, desvinculadas da fé, e se recusa a abordar a questão do poder a partir da ética convencional e religiosa. Em que consiste a novidade, em termos metodológicos, adotado pela análise política, na perspectiva de Maquiavel?

O novo método de investigação da política moderna distancia Maquiavel não só do pensamento medieval, mas também da política normativa dos gregos, não discutindo como deve ser o governo, nem quais são as virtudes do bom governante e do cidadão. Não lhe interessa a política baseada em princípios universais, cuja ação pauta-se em modelos abstratos. Interessa, isso sim, observar como os governantes e súditos agem de fato, ou seja, ao iniciar *O Príncipe*, Maquiavel deixa claro o terreno em que trata a questão, evidenciando que não pretende fornecer as razões abstratas e teóricas da fundamentação do Estado, do governo e da ação política, mas propor indicações que sirvam para a prática do príncipe.

A ação política deve ser eficiente, ou seja, deve alcançar fins, os quais podem ser resumidos em como os principados devem ser governados e mantidos. A intenção de Maquiavel, portanto, não é a de apresentar a teoria de um Estado ideal e nele teorizar as funções do governante perfeito, mas descrever a política tal qual ela resulta de uma realidade próxima do mundo em que se vive. É mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca viram, nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Há tanta diferença entre o modo como se vive e o modo por que se deveria viver (MAQUIAVEL, 2003, p. 70).

Para o secretário florentino, a política é ação construída permanentemente, não há teoria pronta a ser aplicada, é o resultado de uma construção, de uma habilidade mais prática do que teórica. Deste modo é que se pode manter e governar um principado. A política é ação técnica e eficaz (AMES, 2011). É importante observar, como diz Nedel, que Maquiavel “formou seu pensamento na escola da vida e na lição da história” (1996, p. 19).

Na dedicatória da obra *O Príncipe*, Maquiavel apresenta a fonte cultural de sua proposta que é “o conhecimento das ações dos grandes homens aprendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas” (2003, p. 15). A saber, considera que sua reflexão sobre a natureza do poder político e sobre os modos de conservar esse poder são resultado de uma observação atenta da experiência. Logo, a política não mais se refere ao modelo de bom regime, mas à análise do jogo efetivo das forças que se chocam em circunstâncias muito específicas. Deve-se levar em consideração que as ideias de Maquiavel, sobre política, fundam-se em certos pressupostos sobre a realidade humana e seu comportamento. Ora, que tipo de realidade e comportamento humano, Maquiavel têm presente em sua análise política?

Torna-se nítido que Maquiavel professa uma concepção pessimista da natureza humana, que sempre se encontra corrompida e disposta ao mal, isto é, para ele “os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro” (MAQUIAVEL, 2003, p. 74). E, mais: “é necessário que aquele que institui uma república e ordena suas leis, pressuponha que todos os homens são maus e que estão sempre prontos para usar da maldade de sua alma assim que se lhe apresente a ocasião de fazê-lo livremente” (MAQUIAVEL, 1987, p. 74). Considerando que há uma natureza humana, torna-se compreensível a afirmação de que os homens são sempre os mesmos, como afirma o autor: “os homens nascem, vivem e morrem sempre da mesma maneira” (MAQUIAVEL, 2003, p. 73).

A partir dessa premissa antropológica pessimista, observável nos exemplos da história e nas ações humanas, Maquiavel funda a ação política, enquanto lei. Neste sentido, o poder político tem uma origem mundana, nasce da própria malignidade que é intrínseca à natureza humana. O poder aparece como a única possibilidade de enfrentar o conflito, ainda que de qualquer forma de “domesticação” seja precária e transitória. Não há garantias de sua permanência. A perversidade das paixões humanas sempre volta a manifestar-se, mesmo que tenha permanecido oculta em algum lugar. Maquiavel admite que, na época moderna, acentuou-se a corrupção na esfera pública. Qual o antídoto para esta patologia social?

Entre os vários remédios para a corrupção, um, é o Estado. Sem este, todos os outros não teriam a eficácia desejada. Contudo, neste momento, pode-se questionar sobre: o que é, como se constitui e qual a finalidade do Estado para Maquiavel? O Estado para Maquiavel tem a função de manter a ordem, a harmonia, isto é, o espírito cívico, e, é por isso que é a mais importante das instituições sociais. Maquiavel inserido em uma época em que o indivíduo ganha autonomia, percebe que na ausência de um poder que institua a vida associada, os homens, enquanto átomos isolados, não a constituiriam por vontade própria.

Por conseguinte, para Maquiavel o Estado conquista-se e mantém-se pela força que representa o alicerce onde se deve apoiar a preservação de sua grandeza. A existência do Estado assenta-se na compatibilização forçada das liberdades individuais constringidas a subordinar-se aos interesses soberanos do Estado, não obstante todo o dinamismo e os conflitos gerados no jogo político das vontades que lutam pela satisfação de suas necessidades individuais. Torna-se imprescindível, portanto, por parte daquele que detém o poder no Estado, a utilização, recomendada sempre pela observação dos fatos e pelo estudo da história, de um conjunto de expedientes e técnicas capazes de assegurar-lhe a máxima eficácia na preservação do Estado e na conservação de sua suprema finalidade. Objetivamente, para Maquiavel, uma política que pretende ser eficaz e que, ao mesmo tempo, tenha assumido como ponto de partida para sua construção, à luz da observação das coisas e dos ensinamentos da história, o postulado fundamental da maldade inata do homem o qual só dispõe do recurso à força para garantir a realização de seus objetivos.

Neste texto examina-se as posições teórico-práticas de Maquiavel e sua contraposição à moralidade tradicional, a fim de entender como se estrutura a sua nova proposta ética. A novidade está pautada nas categorias políticas da conveniência e da aparência: admite-se recorrer a todos os meios necessários para atingir os fins estabelecidos, e para manter-se no poder, obter a honra e a glória, não importa aquilo que o Príncipe é, mas o que aparenta ser perante os súditos e aliados. Disto decorre a necessidade de um Príncipe com o pulso firme e que defenda, sem medir esforços, a integridade e o bem-estar seu povo. A moral do governante será dirigida pela situação política, e não pelo ideal de governante universal, abstrato e perfeito. O poder político tem uma origem mundana, nasce da própria malignidade que é intrínseca à natureza humana, mas se constitui, ainda que de modo precário e transitório, como a única possibilidade de enfrentar o conflito. Enfim, cabe ao Príncipe a utilização de um conjunto de expedientes e técnicas capazes de assegurar a máxima eficácia na preservação do Estado e na conservação de sua suprema finalidade - ordem e harmonia.

Virtú e Fortuna – modelo de príncipe virtuoso e a ruptura com os conceitos da tradição cristã

Na perspectiva cristã, a qual exerceu forte influência sobre a moral medieval, o homem virtuoso é aquele que privilegia os valores espirituais sobre os interesses materiais. O Cristão, temente a Deus, encontra o fundamento de todo bem na ordem divina, ou seja, o que é bom ou mau está de certa forma estabelecido de antemão, *a priori* (ARANHA, 1993). Para pensar *virtú e Fortuna*, Maquiavel recorre mais uma vez aos ensinamentos dos historiadores clássicos.

Para os antigos, a *fortuna* era como que uma deusa boa, uma aliada potencial, cuja simpatia deveria ser atraída. Essa deusa possuía os bens que todos os homens desejavam: a honra, a riqueza, a glória, o poder. Para alcançar os favores da deusa *fortuna*, os homens da antiguidade clássica acreditavam que era imprescindível seduzi-la. Pois, sendo deusa era também mulher e para atrair suas graças era necessário aparentar ser um homem viril e corajoso. É o próprio Maquiavel quem diz:

a sorte é mulher e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. E é geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são meros circunspetos, mais ferozes e com maior audácia a dominam (MAQUIAVEL, 1973, p.111).

Maquiavel, diferentemente da tradição cristã, usa o conceito clássico de virtude, ao falar em *Virtú*. Conforme nos relata Aranha:

Virtus em latim é poder, potência, vigor, ou seja, é a qualidade viril do homem. Mais especificamente, *Virtus* significa virtude, no sentido mérito, capacidade, excelência. (...) na política, o homem de *virtú* é aquele capaz de imprimir mudanças no curso da história e realizar grandes obras (1993, p. 61).

Essa visão, no entanto, mudou com o triunfo do cristianismo. A boa deusa foi substituída por um “poder cego”, inabalável, fechado a qualquer influência, que distribui seus bens de forma indiscriminada. A fortuna tem como símbolo a roda do tempo, que gira indefinidamente sem que se possa descobrir o seu movimento. Nessa visão, os bens valorizados no período clássico nada são. O poder, a honra, a riqueza ou a glória, não significam felicidade. Esta não se realiza no mundo terreno, o destino é uma força da providência divina e o homem a sua vítima importante.

Entretanto, o Príncipe virtuoso não é o Príncipe bom e justo, mas aquele cuja virtude se encontra na atividade e na obtenção do êxito. Ou seja, “a *virtú* política consiste na força que permite conquistar e manter o poder” (ARANHA, 1993, p. 61). Para o nosso pensador, a *Fortuna* e a *virtú*, foram termos empregados para interpretar os dois pólos em torno dos quais giram o sucesso e o insucesso das ações humanas (BIGNOTO, 2003, p. 24).

Portanto, mesmo quando o Príncipe possui *virtú*, seu sucesso depende também das circunstâncias, dos acontecimentos, do acaso, da eventualidade da fortuna, que aquelas qualidades do Príncipe são usadas conforme as circunstâncias e suas ações só poderão ser avaliadas *a posteriori*, ou seja, depois de terem alcançado o objetivo. A fortuna é o contrapeso da *virtú*. A posse da *virtú* é a chave para o êxito de um Príncipe, e sua ausência significa o infortúnio. Quanto mais os homens mostrarem-se fracos e covardes, mais a fortuna manifesta sua força e seu domínio (HEBECHE, 1988). Portanto, o Príncipe virtuoso não deve deixar escapar a ocasião, pois aquele que tem apenas a ocasião, mas não é virtuoso, não conseguirá se manter no poder.

As ações do Príncipe não se pautam, portanto, pelas regras da moral convencional, mas supõe a sabedoria de se adequar a cada situação tendo em vista o êxito da conquista e a manutenção do poder. Maquiavel diz ser melhor que o Príncipe alcance o poder pela *virtú* e *fortuna*, mas também poderá conquistá-la pelo crime, pela maldade, por vias celeradas, contrárias a todas as leis humanas e divinas (MAQUIAVEL, 1973, p. 41).

Para o nosso autor, a *fortuna* aparece no curso, no decorrer dos atos humanos como o acaso, o inesperado, o que escapa ao cálculo e da previsão, a indeterminação do mundo, a força de oposição, o obstáculo a ser transposto, a marginalidade incontrolável, a cujos ataques é importante saber escapar. Faz parte da *fortuna* o que sobrevêm com surpresa para o bem ou para o mal, alterando, assim, o decorrer habitual dos fatos e criando novas situações a enfrentar.

Eis a definição de *fortuna* para Hebeche: “fortuna é a indeterminação. Ela ameaça de decomposição as instituições e a vida humana. É a irrupção do irracional, pois não há conhecimento seguro do acaso e do inesperado. Sua manifestação radical é a morte” (1988, p. 61). Maquiavel reteve dos antigos a imagem da *fortuna* como mulher que é caprichosa. O autor diz que a *fortuna* é “árbitra de metade de nossas ações” (MAQUIAVEL, 1973, p. 109). Compara-a “a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os

edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para o outro” (MAQUIAVEL, 1973, p. 109). Ela distribui seus favores de modo desigual. Uns são contemplados e outros não.

No entanto, a *fortuna* não é puramente negativa. É no bloqueio de suas ameaças que se desenvolve a *virtú*. A manifestação da *fortuna* desperta a possibilidade para a ação humana e é vislumbrando as ocasiões e aproveitando-se delas que se podem vencer as adversidades.

O confronto entre o homem e a adversidade é apresentado por Maquiavel como a “um desses rios impetuosos [...]” (MAQUIAVEL, 1973, p. 109). O qual pode arrasar tudo com a sua fúria, mas, também, dá chances para os homens mostrarem sua grandeza. Maquiavel afirma que, mesmo quando um rio arrasa uma cidade, podem, os homens, voltando a calma, fazer os reparos necessários.

quando volta a calma, podem (os homens) fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo acontece com a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-las (MAQUIAVEL, 1973, p. 109).

E assim, a fortuna avança quando não se está prevenido para resistir-lhe. Assim sendo, os obstáculos da *fortuna* podem servir para o homem desenvolver a *virtú*. Todos estão sujeitos à *fortuna* e para domá-la é preciso pulso firme. Maquiavel demonstra também a possibilidade da *virtú* conquistar a *fortuna*. E ao se indagar sobre a possibilidade de se fazer aliança com a *fortuna* esta não é mais uma força impiedosa, mas uma deusa boa, tal como era simbolizado pelos antigos.

Podemos dizer que a *virtú* maquiaveliana não se identifica com a virtude Cristã, pois é mais prática do que ética. Não estabelece conexão necessária entre o seu conceito de *virtú* e as virtudes cardeais da tradição.

a *virtú* de Maquiavel não é simplesmente fruto da boa educação, no sentido da tradição humanista. [...] Não é mera fortaleza de ânimo nem capacidade de viver conforme determinados princípios morais. Tampouco implica o contrário do vício. Maquiavel, todavia, endossou a ideia convencional de que a *virtú* representa um conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se à fortuna e conseguir honra, glória e fama (NEDEL, 1996, p. 41).

Pelo visto, a *virtú* é flexibilidade moral, disposição de fazer tudo o que for necessário para alcançar glória cívica e grandeza, independentemente de serem ou não iníquas as ações. Pois nela inclui aprender a entrar no mal se necessário. Maquiavel entende que não é só a virtude do homem público que conduz ao bem comum, mas o uso criterioso tanto da virtude quanto do vício.

nem sempre a escolha da virtude é a melhor alternativa. O príncipe virtuoso tem de saber conviver com o bem e o mal. a necessidade determina, em grande parte, suas escolhas. [...] O bom príncipe é aquele que, conforme a ocasião, usa do vício ou da virtude. Muitas vezes é com o emprego da maldade que poderá se erradicar o mal. [...] A Virtú consiste em harmonizar duas naturezas conflitivas (HEBECHE, 1988, p. 135).

Quem se restringisse apenas à prática da virtude não teria êxito. “Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade” (MAQUIAVEL, 1973, p. 69). Bignoto (2003), fazendo referência a Maquiavel, diz que ele evita traduzir a palavra *virtú* para o italiano, para não confundi-la com as virtudes cristãs, e que diz respeito à capacidade do ator político de agir de maneira adequada e no momento adequado. Neste mesmo sentido, para Nedel,

a eficácia da ação, a *virtú*, além dessa vontade forte, requer outras qualidades, como clara inteligência para calcular os recursos a empenhar na ação, vivo sentido da realidade, rápida compreensão do que cada circunstância oportuniza e autoriza, e, quando necessário, capacidade de adoção de recursos heroicos, de simular e dissimular, de desprender-se dos escrúpulos da moralidade corrente (1996, p. 42).

A *virtú* é a principal qualidade necessária ao governante. Ela calcula os meios técnicos apropriados para alcançar o fim e os meios éticos mais neutros. A prudência, para Maquiavel, possui a função prática que caracteriza o governante eficiente. É a posse da virtude a chave por excelência do sucesso - manutenção da conquista - do Príncipe. O governante tem que se mostrar capaz de resistir aos inimigos e aos golpes da *fortuna*. O homem de *virtú* deve atrair a fama, a honra e a glória para si e a segurança para seus governados.

Virtú e *fortuna*, capacidade de ação eficaz e acaso, compõe assim, o terreno incerto da política. Eles são interdependentes, pois, para Maquiavel, metade das coisas que acontecem no mundo são obras da *virtú* e a outra metade da *fortuna*.

O Príncipe que funda ou reconstitui um Estado instaura o poder político, mas a partir dos dados encontrados na própria realidade. Dessa forma, nenhuma teoria política, constituída *a priori*, pode ajuda-lo.

Tendo em vista as noções de *virtú* e *fortuna*, as ações do Príncipe, não se pautam, contudo, pelas regras da moral convencional, mas supõe a sabedoria de se adequar a cada situação tendo em vista a manutenção do Estado. O uso das qualidades do Príncipe depende das circunstâncias, e as ações só poderão ser avaliadas *a posteriori*, ou seja, depois de alcançado o objetivo.

Ética da conveniência: “os fins justificam os meios”

Maquiavel faz desandar todo um edifício que se erguia sobre a união da ética com a política. De nada vale a moralidade se ela não pode ser vista sob a ótica utilitária e da conveniência de quem está no poder. Mas ele sabe que existe uma perspectiva com relação à moral do Príncipe. Espera-se que ele seja bom, piedoso, íntegro. Para o florentino, o príncipe não pode fazer tabula rasa desta demanda. Maquiavel diz que:

O Príncipe não precisa possuir todas as qualidades, bastando que aparente possuí-las. Antes, teria eu a audácia de afirmar que, possuindo-as e usando-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las são benéficas; por exemplo: de um lado, parecer ser efetivamente piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e de outro, ter ânimo de, sendo obrigado pelas circunstâncias a não o ser, tornando-se o contrário (1973, p. 80).

Os valores morais, neste caso, não fundam uma prática política, mas são apropriados para uma prática já em curso. O importante é ficarmos atentos para o fato de que Maquiavel não diz simplesmente que o Príncipe deve ser cruel, exercendo a crueldade pela simples crueldade. Quem agisse assim, estaria traindo um dos preceitos básicos estabelecidos pelo florentino, que diz ser necessário saber agir de acordo com as circunstâncias. Todas as ações do Príncipe só se justificam se as consequências de sua prática retornarem como benefício para o Estado, ou seja, “o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos” (MAQUIAVEL, 1973, p. 81).

Com Maquiavel cai por terra a falácia da política enquanto busca da justiça, do bem comum. A fraseologia cristã-medieval fundada na moral religiosa mascara o fundamento da política e do Estado: a manutenção do poder político em torno das classes dirigentes em cada

época histórica. Conquistar e manter o poder: eis em síntese a finalidade essencial da política (OLIVEIRA; ALVES, 2010).

Segundo Hebeche, Maquiavel entende que não é só a virtude do homem público que conduz ao bem comum, mas o uso criterioso tanto da virtude quanto do vício.

nem sempre a escolha da virtude é a melhor alternativa. O príncipe virtuoso tem de saber conviver com o bem e o mal. A necessidade determina, em grande parte, suas escolhas. O bom príncipe é aquele que, conforme a ocasião, usa do vício ou da virtude. Muitas vezes é com o emprego da maldade que poderá se erradicar o mal. A Virtú consiste em harmonizar duas naturezas conflitivas (1988, p. 135).

Quem se restringisse apenas à prática da virtude não teria êxito. Assim, é “necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade” (MAQUIAVEL, 1973, p. 69). A partir desta premissa que Maquiavel profere sua famosa e mais polêmica frase: “os fins justificam os meios”, na qual é atribuída por alguns comentadores do florentino como síntese do seu pensamento, embora nosso autor nunca tenha pronunciado textualmente esta frase. Neste sentido, Nedel se pronuncia: “o fim é que orienta a ação política, justificando quaisquer meios, inclusive os eticamente reprováveis, desde que necessários à obtenção do resultado pretendido. Destarte, ética e política ficam separadas” (1996, p. 66).

Muito já foi dito e escrito sobre este aspecto, porém permanece atual. Em primeiro lugar, é difícil não reconhecer que há uma relação entre fins e meios. Ora, há uma relação dialética entre fins e meios, no sentido de que há uma interdependência entre ambos. O problema é o que a afirmação maquiaveliana encerra em si: o que se pode e o que não se pode fazer para atingir determinado fim? Se o fim é justo, todos os meios justificam-se?

Maquiavel leciona que procure, pois, um príncipe, “vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre honrosos e louvados por todos” (1973, p. 81). Nesta mesma perspectiva, afirma: “não é preciso que o príncipe tenha todas as qualidades mencionadas (ele se refere à piedade, à fidelidade, à humanidade, à integridade e à religiosidade); basta que aparente possuí-las” (MAQUIAVEL, p. 110-111).

Agora dá para entender melhor a frase de Maquiavel, que os fins determinam os meios, não os justificam. O que ele está falando é que devemos levar em conta nossos objetivos ao planejar como agir, ou seja, os nossos comportamentos devem levar em conta os objetivos que buscamos atingir.

Esta questão não pode ser satisfatoriamente respondida sem equacionarmos outra que se coloca *a priori*: o que justifica o fim? Ora, a realidade social na qual vivemos está longe de assemelhar-se ao paraíso ou à harmonia positivista da “ordem e progresso”. A ordem se mantém a ferro e fogo, isto é, a partir da ocultação ideológica das relações e mecanismos de exploração e pelo uso do aparato repressivo estatal, sempre que se faz necessário.

Por outro lado, este século, se pensarmos filosoficamente e não apenas do ponto de vista tecnológico, enterrou a ilusão positivista – mas também iluminista e a leitura evolucionista marxista – de que a humanidade marcharia sempre numa direção progressista.

Há uma duplicidade de critérios e de horizontes valorativos, quando se trata de julgar a *práxis* humana do ponto de vista político e do ponto de vista moral, escreve Bobbio:

Aquilo que chamamos de autonomia da política nada mais é que o reconhecimento de que o critério com base no qual se considera boa ou má uma ação política é distinta do critério com base no qual se considera boa ou má uma ação moral. Enquanto o critério com base no qual se julga uma ação moralmente boa ou má é o respeito a uma norma cujo comando é considerado categórico, independentemente da ação (“faça o que deve ser feito e aconteça

o que tiver de acontecer”), o critério com base no qual se julga uma ação politicamente boa ou má é pura e simplesmente o resultado (“faça o que deve ser feito para que aconteça aquilo que você quer que aconteça”) (2000, p. 174).

A compreensão da ação moral aqui descrita e compartilhada por grande parte do mundo intelectual, com suas raízes em Maquiavel, está mais afinada com a perspectiva kantiana da moralidade, isto é, com um imperativo categórico ditado pela razão, do que com o horizonte propriamente cristão, delineado pela resposta dada a alguém, em contexto de afetividade. Segundo Ames (2019), quando essa maneira de entender a ação moral é comparada com a ação política, nota-se uma certa confusão, um modo de apresentar o problema que não favorece a clareza.

O homem moderno reconhece que tem falhas, imperfeições, erros, no entanto cultiva a certeza de poder corrigir, pelo progresso da ciência, pelo desenvolvimento do conhecimento, essas imperfeições. A razão estaria à altura da redenção do homem, do aperfeiçoamento da sociedade; ela seria capaz de sanar seus males. Por isso, o homem moderno não pode admitir o pecado, isto é, uma raiz de mal, uma ferida que somente um poder divino poderia curar. Reconhecer o pecado significa abrir espaço para um Salvador, para alguém de fora do horizonte humano, para a presença de alguém misericordioso, que perdoa e restaura a vida. É exatamente isso que o homem moderno combateu e combate.

Mesmo de um ponto de vista essencialmente capitalista, o progresso é um fracasso, pois que toda a riqueza produzida com o desenvolvimento tecnológico está concentrada cada vez mais em mãos de poucos, aumentando o fosso entre ricos e pobres – e não precisa ser marxista para verificar que a miséria aumenta no mundo, que a desigualdade cresce e que as mazelas sociais atingem até mesmo os países mais poderosos.

Assim, a questão dos fins está relacionada à questão política-social. Porém, na perspectiva de Ames (2009), se entendemos a política enquanto conflitos de interesses entre grupos e classes sociais, a justificação dos fins diz respeito às opções que fazemos quanto ao projeto político. Evidentemente adotar uma ou outra opção justificará este ou aquele fim. Numa sociedade, segundo Aranha, onde impera a desigualdade e as relações de dominação e exploração entre as classes e grupos sociais, os fins não são universais, como também não o é a moral: “convém ao homem público não decidir de antemão o que é bom ou mau, justo ou injusto, mas tal avaliação deve ser sempre feita *a posteriori*, ou seja, levando em conta o êxito, o resultado alcançado” (1993, p. 75).

Justificado o fim pelo projeto social que assumimos, podemos então discutir se os fins justificam os meios. Há uma tradição, que começa com o próprio Maquiavel, que responde afirmativamente (quanto a este é preciso esclarecer que ele se refere ao Estado e não aos procedimentos morais individuais). Se pensarmos na ação política concreta seria ingenuidade, própria de um moralismo abstrato desligado de contextos históricos concretos, imaginamos que tanto à direita quanto à esquerda não justificou os meios utilizados pelo fim perseguido.

Maquiavel toma os homens como são, com todas as suas paixões e vícios. Analisa friamente a técnica do poder político, sob o único ponto de vista de sua eficácia, sem atenção aos valores morais. [...] reconhece o primado da astúcia e da violência que, no seu entender, caracterizam os seres humanos; e se rende inteiramente à fatalidade das paixões (NEDEL, 1996, p. 70).

Poder, honra e glória: ética da aparência

O grande desafio colocado ao Príncipe é no sentido de agir perversamente, dado a própria necessidade circunstancial e, ao mesmo tempo, criar uma imagem adequada com vistas a não parecer tão perverso. Isso porque, somando-se à necessidade de manter-se no poder, ao Príncipe impõe-se também a necessidade de conquistar a honra e a glória (AMES, 2018).

Não sendo importante apenas a soberania e o poder, mas também a glória e a honra, conforme apresentado acima, qual será, portanto, a alternativa encontrada por Maquiavel na tentativa de solucionar o referido problema? Ou melhor, como conciliar a necessidade de agir perversamente como maneira de chegar à outra necessidade que é a de preservar a imagem?

Não nos parece que a solução encontrada pelo pensador em questão seja, no sentido de desaconselhar, uma moderação nas perversidades praticadas pelo Príncipe, como também não fica demonstrado que o mesmo tenha sugerido uma postura ética humanista, tendo como desdobramento a lealdade e a fidelidade em relação aos súditos e aliados.

Contudo, o príncipe não precisa possuir todas as qualidades [...], bastando que aparente possuí-las. Antes, teria eu a audácia de afirmar que, possuindo-as e usando-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las, são benéficas; [...] de um lado, parecer ser efetivamente piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e de outro, ter o ânimo de, sendo obrigado pelas circunstâncias a não o ser, tornar-se o contrário. E há de se entender o seguinte: que um príncipe, e especialmente um príncipe novo, não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. É necessário, por isso, que possua ânimo disposto a voltar-se para a direção a que os ventos e as variações da sorte o impelirem, e, como disse mais acima, não partir do bem, mas podendo, saber entrar para o mal, se a isso estiver obrigado (MAQUIAVEL, 1973, p. 80).

A necessidade de simulação – aparentar o que não é – aparece como elemento fundamental dentro desta reflexão apresentada por Maquiavel. É importante a criação e, sobretudo a apresentação de uma imagem, visando a enganar os súditos e aliados, fazendo-os acreditar naquilo que constitui o ideal a respeito do Príncipe.

Tão importante quanto aquilo que ele venha a ser, agir ao contrário da maioria da humanidade, é aparecer ser o que as pessoas gostariam que ele fosse; devendo corresponder à imagem ideal criada e desejada pela maior parte das pessoas a seu respeito. Todo Príncipe que deseja ser bem-sucedido em seus empreendimentos políticos e administrativos não pode deixar de considerar esta grande arte do engano; do fingimento e da aparência.

Diante da consideração moralista de que a mentira não se mantém e que a dissimulação pode se manter por algum tempo, mas não por todo o tempo, o nosso pensador afirma exatamente o contrário. Além de afirmar a necessidade da aparência e da hipocrisia, admite a possibilidade destas atitudes conseguirem se manter por todo o tempo em que for necessário, sem maiores dificuldades, apresentando os seguintes motivos:

os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos vêem o que tu pareces, mas poucos não têm a audácia de contrariar a opinião dos que têm por si a majestade do Estado. Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se a maioria não tem onde se apoiar (MAQUIAVEL, 1973, p. 81).

Portanto, Maquiavel apresenta dois argumentos através dos quais procura demonstrar porque a dissimulação praticada pelo Príncipe é possível ser mantida durante todo o tempo em que for necessário. A primeira refere-se à mentalidade dos súditos. Segundo ele, estes possuem uma mentalidade muito simples e, por este motivo, facilmente torna-se manobráveis. Somando-se a esta consideração acerca do povo, afirma ainda que este, em sua maioria, é incapaz de ir até às profundezas nas análises e avaliações, mantendo-se totalmente acrítico.

A segunda diz respeito aos observadores mais atentos. Devido à situação em que estes se encontram, a saber, ser minoria do povo e assim viverem um certo isolamento, também julgam a partir das aparências.

Ao nosso pensador, vale a observação de que, ao enganar o povo, o Príncipe vê-se numa tal situação em que sempre encontrará súditos dispostos a serem enganados. Desta maneira, há uma necessidade de enganar, sob pena de não conseguir manter-se por um tempo razoável no governo. Impõe-se a ele o desafio de conseguir a glória, a honra, estando no poder, e para isto, é preciso a arte da dissimulação. E, finalmente, não há motivo para temer ao se usar esta prática política, uma vez que não se deve estimar muito a capacidade crítica dos súditos. Estes não têm condições de avaliar profundamente as condições de um governo.

Merece também atenção o fato de Maquiavel questionar sobre a possibilidade de considerar, como parte do cabedal de virtudes, aquelas qualidades até mesmo tidas como boas e que, se praticadas, conduziriam inevitavelmente ao desastre. O que observamos é que, a partir de sua avaliação de que tais qualidades consideradas boas e que, se praticadas conduziriam às situações desastrosas, Maquiavel é bastante taxativo ao enquadrá-las não como virtudes, mas sim como vícios.

Considerações finais

Pode-se inferir a partir desta análise que Maquiavel, em seus escritos, visava a abrangência da política como tal e não estava interessado em elaborar um manuscrito que se fundamentasse em princípios éticos, religiosos, metafísicos e filosóficos, senão na própria história e essência humana.

Maquiavel trabalha com uma concepção pessimista da natureza humana, que segundo ele é corrompida e propensa ao mal. E o antídoto fundamental contra a corrupção natural da humanidade, para ele, é o Estado. Este, por sua vez, é uma força, uma vontade que se impõe mais pelo terror que pelo amor. Os Estados resultam da virtude de poucos homens superiores.

A ordem é impossível sem a coação e a força que o governante deve exercer se quiser conservar o seu domínio. Para o florentino, fundar um Estado é tarefa para um homem que tenha virtude suficiente para instituir, no lugar do caos produzido pela incapacidade de associação natural dos homens, uma sociedade política, único lugar em que impera a ordem e a harmonia cívica.

Tomar a figura e o pensamento de Maquiavel de modo imoral pode ser considerado um equívoco, pois, a questão de fundo, investigada pelo autor, foi analisar a fim de saber se o governante pode agir sempre em conformidade com os princípios éticos aceitos em seu tempo e esperar atingir seus objetivos, ou se deve aprender a seguir outros caminhos quando confrontado com situações difíceis. Ele não aconselha aos governantes a desprezarem as regras morais aceitas pelo mero prazer de fazê-lo. Ao contrário, enfatiza que os homens devem se comportar de acordo com elas sempre que possível. Posto de outra forma, o grande objetivo de Maquiavel foi saber se a ética é suficiente para mostrar como agir na política em todas as situações.

No contexto do pensamento político de Maquiavel, a *virtú* passa a ser representada como um conjunto de qualidades, entre as quais se destacavam a intuição e a sagacidade, capazes de levar determinados indivíduos, a realizar, mediante a conjugação segura e eficaz de meios e fins, o bem da coletividade, independentemente da qualificação moral que possa incidir sobre suas ações. A perspicácia e a habilidade do príncipe, unidas ao senso de oportunidade e à audácia, são compreendidas por Maquiavel no conceito de *virtú*.

A *fortuna*, por sua vez, significa, para Maquiavel, o conjunto das circunstâncias que representam oportunidades ou obstáculos para a realização de grandes empreendimentos e sobre as quais o indivíduo dotado de *virtú* faz prevalecer a eficácia de sua ação, intuindo com perspicácia o momento propício para executá-la.

Esta análise nos coloca diante de problemas concretos. Partindo do pressuposto que os fins buscados são diferentes, pode a direita e a esquerda utilizar os mesmos meios? Quem luta pela liberdade pode usar recursos ditatoriais, repressivos? Quem respeita a vida humana pode adotar procedimentos de tortura assassinatos etc., em nome do objetivo político? O que diferencia uma ditadura de esquerda de outra de direita? O terrorista que luta pela liberdade de seu país justifica os meios que utiliza e que, invariavelmente, vítima inocentes?

Os fins justificam os meios, é verdade. Mas apenas na medida em que estes meios não entram em contradição com os fins almejados. Na política, serão morais as ações úteis à comunidade, e imorais aquelas que prejudicam e visam os interesses particulares, ou que não atingem os fins desejados. Quer dizer, nem tudo é permitido! Só é aceitável aquilo que contribui para que se atinja o fim e que não represente a negação deste. Toda a experiência do ‘socialismo real’ expressa a comprovação histórica de que não basta proclamar certos fins – por mais justos que sejam – é preciso encontrar os meios adequados.

Contudo, o fato é que a postura ética de Maquiavel se contrapõe a toda uma moralidade humanista. Assim, marca uma nova era ao fundar uma ética pautada na noção de conveniência, na qual importa atingir os fins, justificando recorrer aos meios necessários, não importando quais. E ao falar da necessidade de, além de manter-se no poder, obter a honra e a glória, dá ênfase à questão da aparência, na qual não importa aquilo que o Príncipe seja. Acima de que realmente seja, vale o que o mesmo aparenta ser perante os súditos e aliados.

A moral surge na própria tensão dialética de um eu já realizado e um fazer; entre um eu existo e um quero viver. Nesta perspectiva, a moralidade humanista, ao contrário da proposta de Maquiavel, é caminho para a realização do homem. Está em função do ser mais. É exigência de humanização e de crescimento. Ultrapassa o puramente racional e o tradicional, como o objeto de ser o mais abrangente possível.

Referências

- AMES, Luiz José. Maquiavel pensador da ação política: uma análise a partir de O Príncipe. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 26, n. 49, p. 9-30, 30 jan. 2019. <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2019v26n49ID14162>
- AMES, Luiz José. A concepção maquiaveliana de necessidade política. *Kriterion (UFMG)*, v. 59, p. 765-788, 2018. <https://doi.org/10.1590/0100-512X2018n14107jla>
- AMES, Luiz José. Liberdade e conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. *Kriterion (UFMG)*, v. 50, p. 179-196, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2009000100009>
- AMES, Luiz José. Lei e violência ou a legitimação política em Maquiavel. *Trans/form/ação (UNESP. MARÍLIA)*, v. 34, p. 21-42, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732011000100003>
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 1993.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 2003.
- BARINCOU, Edmond. *Maquiavel por ele mesmo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- BORON, Atilio (Org.). *Filosofia Política Moderna: de Hobbes a Marx*. São Paulo: CLACSO, 2006.
- CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HEBECHE, Luiz Alberto. *A guerra de Maquiavel*. Ijuí: UNIJUÍ, 1988.
- MACEDO JR, Ronaldo Porto (Org.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe: com comentários de Napoleão Bonaparte*. Trad. Mônica Baña Álvares. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio. In. WEFFORT, Francisco C. (org). *Os Clássicos da Política*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2004.
- NEDEL, José. *Maquiavel: concepção antropológica e ética*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- OLIVEIRA, N. A.; ALVES, M. A. Justiça e políticas sociais na Teoria de John Rawls. *Sociedade em Debate, [S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 25-43, 2010. <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/335>.
- SADEK, Maria Teresa. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual da virtú. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2004.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Marcos Alexandre Alves. marcosalves@ufn.edu.br